



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6771 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 17 - Filosofia da Educação

O QUADRO CONCEITUAL DE HANNAH ARENDT PARA A CRISE NA EDUCAÇÃO

Neiva Caetano dos Santos - USP- Universidade de São Paulo

Marcus Vinicius Cunha - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO - USP

O QUADRO CONCEITUAL DE HANNAH ARENDT PARA A CRISE NA EDUCAÇÃO

Logo no início de “A crise na educação”, Hannah Arendt (1992, p. 221) afirma que o problema abordado no ensaio é um “problema político de primeira grandeza”, razão pela qual, mesmo os que não possuem formação em pedagogia – como a autora se autodeclara – têm o direito de discutir o tema e apresentar possíveis soluções. Essa passagem pode ser interpretada como um apelo para que leitor não se atenha às caracterizações propriamente pedagógicas feitas no texto, mas às discussões políticas que apresenta. Seu apelo nem sempre é atendido, pois o ensaio serve muitas vezes como referência para o exame crítico do sistema educacional contemporâneo, sem que se elucide conceitualmente o quadro político em que Arendt o insere. O inverso também é verdadeiro: nem sempre são discutidas as implicações políticas da proposta pedagógica feita pela autora no mesmo texto.

Decorrente de pesquisa de doutorado em andamento, o presente trabalho tem por objetivo estabelecer a necessidade de discutir o ensaio de Arendt por esses dois caminhos: situar as reflexões de Arendt acerca da educação no interior de sua filosofia política, recorrendo a outras obras de sua autoria, e oferecer referenciais para a sua análise do ponto de vista pedagógico, tomando por base a pedagogia retórica, concepção educacional derivada da Sofística e representada na atualidade por John Dewey (CRICK, 2010; COSTA-LOPES; CUNHA, 2020).

A crise de que trata o referido ensaio diz respeito ao modo como a “educação progressiva” propõe realizar o que Arendt (1992, p. 222) denomina “natalidade”, isto é, a inserção dos “recém-chegados” ao mundo. As novas pedagogias adotam o propósito de criar um novo mundo habitado pelas próprias crianças, restando aos adultos a função de evitar que o pior lhes aconteça. Nesse universo exclusivamente infantil, a criança fica à mercê das decisões tomadas pelos integrantes de seu grupo, sujeitando-se à “tirania da maioria”. Tais teorias são fundamentadas nos princípios da Psicologia moderna e do Pragmatismo, cuja abordagem epistemológica concebe que “só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fizemos”, tese que acarreta sensível prejuízo à educação em geral e à formação de professores, em particular (ARENDDT, 1992, p. 231).

Segundo Arendt (1992, p. 226), a “miscelânea de bom senso e absurdo” produzida pela educação progressiva não soluciona, mas agrava os problemas da educação, pois posiciona a criança no “clarão implacável do mundo público”, quando a infância teria que permanecer protegida recolhida na “segurança da escuridão” para se desenvolver. A questão central reside, portanto, no rompimento entre as esferas do mundo público e do mundo privado. A escola, que não é esfera pública nem privada, deve fazer a mediação entre o domínio do lar e o mundo, sendo a primeira instituição a introduzir a criança no mundo (ARENDR, 1992, p. 238).

Para elucidar o quadro conceitual que sustenta “A crise na educação”, recorreremos ao livro *A condição humana*, no qual Arendt (2020) descreve a Grécia Clássica como *lócus* da *vita activa*, expressão que caracteriza as atividades humanas fundamentais – trabalho, obra ou fabricação e ação. A atividade do trabalho corresponde ao processo biológico do corpo, intrinsecamente ligado às necessidades vitais, à preservação da espécie, ao “metabolismo do homem com a natureza” (ARENDR, 2020, p. 121). Essa condição humana diz respeito à manutenção dos processos biológicos, o que se realiza pelo “animal laborans”, o homem que produz em completa solidão no “espaço privado do lar”, excluído da vida social. A atividade da obra ou fabricação concerne ao legado não natural correspondente à “mundanidade”, a capacidade humana para construir o mundo artificial. Nessa dimensão encontra-se o “homo faber”, que produz seus próprios instrumentos para atenuar o esforço do “animal laborans”. A ação, por sua vez, tem como condição a pluralidade, relativa ao fato de os indivíduos serem únicos e diferentes uns dos outros, atributos indispensáveis que os impulsionam a agir na cena política (ARENDR, 2020, p. 11).

Arendt opera clara demarcação entre os dois domínios da vida: no âmbito da vida privada situa-se o lar e a família; no domínio público, a *pólis*; ao primeiro corresponde o tipo de vida denominado *zoé*, a vida biológica, comum a homens e animais; ao segundo corresponde *bios*, a vida qualificada, a vida política, o que envolve a relação com os pares, na qual o indivíduo se manifesta por meio da palavra e do discurso. Na modernidade, esses domínios se retraem em detrimento da esfera social, ocorrendo uma inversão: o que se prioriza no social é o privado: “com a ascendência da sociedade, [...] a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação ‘coletiva’” (ARENDR, 2020, p. 40).

As análises desenvolvidas até o presente momento indicam que essa demarcação não esclarece de que modo o indivíduo grego aprendia as habilidades requeridas para a sua atuação no espaço iluminado da vida pública, uma vez que a sua educação transcorria na escuridão do lar. Arendt não explica em que momento e por quais métodos a educação grega promovia o trânsito entre um mundo e outro, mas “A crise na educação” deixa bastante clara a sua proposta pedagógica, centrada na crítica às novas pedagogias: trata-se de “ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver”; “a linha traçada entre crianças e adultos” significa que não se pode “tratar crianças como se elas fossem maduras” (ARENDR, 1992, p. 246).

Conforme vimos acima, as palavras de Arendt sugerem um apelo para que seus leitores não analisem “A crise na educação” do ponto de vista pedagógico, mas exclusivamente pelas reflexões políticas que veicula. Nossa investigação, no entanto, considera necessário esclarecer o quadro conceitual contido na proposta educacional elaborada pela autora, pois nele também se inclui uma opção política.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Pedagogia Retórica; Educação Contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 221-247.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

COSTA-LOPES, Viviane; CUNHA, Marcus Vinicius. John Dewey: a busca por uma pedagogia retórica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e218071, p. 1-19, 2020.

CRICK, Nathan. *Democracy and rhetoric: John Dewey on the arts of becoming*. Columbia: University of South Carolina, 2010.